

João Luz: "Temos que puxar pela cabeça e encontrar soluções criativas"

Escrito por André Lopes

Segunda, 16 Setembro 2013 12:27 - Atualizado em Segunda, 16 Setembro 2013 12:40



“Não faz sentido um autarca fazer um inventário das obras que fez, porque ele foi pago para isso com o dinheiro dos nossos impostos. É o trabalho dele, a sua função” “A questão do estacionamento no Largo é uma questão impopular. Há carros a mais no largo de Riachos”

“Eu não acho que o facto de a Junta contrair um empréstimo bancário seja um problema. Depende da maneira como se faz o investimento, tem que haver retorno” Voltou há três anos à sua terra, de onde nunca saiu verdadeiramente. Aos 42 anos, João Luz, professor de cinema, aceitou o convite do Bloco de Esquerda e é o mais jovem candidato à Junta das últimas décadas. Descreva em breves palavras os 20 anos dos executivos de António Rodrigues.

Numa palavra, acho que foi uma gestão irracional. Este executivo sempre se moveu por caprichos, por interesses completamente alheios ao bem público. Foram decisões tomadas com base em avaliações pessoais, esquecendo completamente a noção ética mais vasta de causa pública. Este executivo esqueceu completamente que está a servir a população de um concelho, não de uma cidade. Houve quase um centralismo a todos os níveis. Também na função do presidente; os últimos 20 anos foram marcados por um presidencialismo autárquico, um regime em que o presidente é omnipresente, onipotente e que decide em função dos seus caprichos. E com isto o concelho perdeu, definhou e chegou à situação dramática em que está hoje. Eu tenho percorrido o concelho todo e tenho ficado com a noção de que todas as aldeias, as vias de comunicação, os recursos naturais, estão completamente postos de parte. Não sei onde é que foram buscar a ideia de que Torres Novas deveria ser o sítio onde as pessoas deveriam estar. Isto é uma completa falta de respeito pelas identidades locais de cada lugar e um cortar das raízes das pessoas. Cada um de nós aqui no concelho é que decide onde quer viver.

E em relação aos 12 anos de João Cardoso na freguesia de Riachos? Eu creio que a grande ilusão do João Cardoso foi achar que, havendo uma sintonia partidária com o governo da autarquia, isso traria benefícios para Riachos. Isso cativou eleitores, foram três mandatos em que as pessoas lhe deram sempre o benefício da dúvida. E chegamos ao fim de 12 anos e podemos provar que foi tempo perdido. Riachos regrediu, em relação ao que deveria estar feito – e nós nunca deveríamos olhar para baixo, devemos estar sempre a olhar para cima, a pensar que estamos num bloco europeu, que tem uma certa ideia de padrão de vida. Não é por acaso que nos indicadores se fala na média europeia; é por aí que temos de nos guiar.

Hoje é preciso dominar muita informação, estar rodeado de especialistas nas mais variadas áreas, juristas, economistas, e temos pessoas cá com essas competências. Para se gerir uma autarquia, não é só uma pessoa, nem só por boa vontade. Em termos práticos, temos que ver que o João Cardoso já não tem capacidade de resposta para as exigências de hoje em dia.

Nós vemos que a Junta nunca se candidatou a um projecto europeu, nunca vi uma apresentação pública ou um debate público sobre ideias ou projectos para Riachos.

O que acabou por acontecer foi uma total subserviência às decisões caprichosas do executivo camarário, em que acabamos sempre por ser confrontados com o falso argumento de que não

se pode fazer porque há dinheiro, porque nunca foram procurados outros mecanismos de financiamento. Foram 12 anos de tempo perdido.

A obra que foi feita... Para vinte anos foi pouquíssimo. Os autarcas são eleitos para fazerem coisas. A partir do momento em que um autarca se vangloria de fazer coisas, ele está-se a esquecer de que foi eleito para estar ao serviço da comunidade. Não faz sentido um autarca fazer um inventário das obras que fez, porque ele foi pago para isso com o dinheiro dos nossos impostos. É o trabalho dele, a sua função.

Quando eu digo que não foi feito nada, é no sentido de que a autarquia, no âmbito das suas competências, não teve projectos estruturantes, de envergadura, pela população local concelhia. Não fez mais do que o mínimo. Alcatroar uma estrada é o mínimo. A questão dos viadutos é uma decisão do governo central, mas a Câmara andou 20 anos para fazer dois viadutos, quando hoje em dia já há mais ligações rodoviárias que têm de ser pensadas. Quero dizer, estive sempre em atraso.

Qual é o problema que considera prioritário resolver no concelho e em Riachos? Do vasto conjunto de problemas que Riachos tem, uma prioridade é correr atrás do prejuízo, porque há tanta coisa que ficou para trás... Mas eu podia contornar a pergunta e dizer que a prioridade é fazer de Riachos uma eco-vila, que é a base do nosso programa. Uma eco-vila é uma comunidade onde os recursos que existem estão em equilíbrio e em sinergia.

Se podermos ter edifícios públicos em sistema de micro-geração ou uma rede de iluminação pública em sistema de iluminação foto-voltaica, eu creio que estamos a caminhar rapidamente para o conceito de eco-vila. É a solução que concebemos para lidar com todos os problemas que foram criados. Desde a poluição, aos problemas de planeamento urbano graves que Riachos tem, às acessibilidades e ao bem-estar dos riachenses. Nós saímos à rua e percebemos que os riachenses andam insatisfeitos. Esse mal-estar sente-se no convívio, nas conversas, na forma como as pessoas se relacionam umas com as outras.

De todos os problemas ambientais que há em Riachos, a questão dos maus cheiros é a que afecta mais directamente a população. Qual é a sua proposta para esse problema? Riachos tem duas zonas industriais que não estão estruturadas, esse é um dos problemas. O mau cheiro não significa que seja um agente poluente. É uma situação em que a Junta pouco ou nada poderá fazer.

Deve haver sim, uma procura, uma mediação, uma sensibilização com as empresas, sobretudo a que está a causar isso, no sentido de perceber se não pode haver uma deslocalização daquele processo de queima de resíduos ou se não pode haver um outro tratamento daquele tipo de resíduos.

Por exemplo, temos na região do Médio Tejo um instituto politécnico onde se faz investigação científica. Faz todo o sentido, quando se trata de implementar uma política ambiental, integrar a academia neste processo. Até que ponto é que aqueles resíduos, sendo orgânicos, não podem ser aproveitados para compostagem ou para qualquer outro tipo de subproduto. São coisas que podem ser investigadas. A Junta tem que favorecer isso. Não podemos ouvir as queixas das pessoas e encolher os ombros. Temos que puxar pela cabeça e encontrar soluções criativas.

Quase todo o orçamento da Junta é para pagar salários. O tema dos funcionários tem sido discutido nas Assembleias de apresentação de contas da Junta... Isso é uma questão super-actual, com a requalificação e a mobilidade da função pública... Se as competências dos funcionários puderem ser mais abrangentes, se eu puder pôr um coveiro a fazer pequenos trabalhos de tratamento de jardim, manutenção, etc. Se eu puder pôr uma secretária na mobilidade por causa das baixas [contínuas], se a Junta puder rentabilizar os seus recursos

humanos... Não sei, no fundo, é ver se os recursos humanos podem assegurar outras funções.

A Junta pode procurar financiamento comunitário para levar avante projectos próprios?

Os projectos nunca são financiados na totalidade, a Junta tem sempre de ter parte do financiamento. E sem fundos próprios, a única maneira seria recorrendo à autarquia, o que, com os 35 milhões de dívida, será difícil. Ou então com recurso ao crédito.

Eu não acho que o facto de a Junta contrair um empréstimo bancário seja um problema.

Depende da maneira como se faz o investimento. Por exemplo, se eu quero construir um palácio dos desportos, e preciso de 20% do financiamento desse palácio, tenho de perceber quais vão ser os custos posteriores da utilização desse palácio e quais são as receitas que poderei dali tirar. Quando eu tenho um palácio dos desportos, tenho de encontrar um conjunto de iniciativas que me permitam rentabilizar esse espaço, não posso fazer dois ou três eventos numa estrutura que tem custo enorme.

Não devemos ter receio de investir. Temos é que pensar como é que vamos obter o retorno do investimento. Senão é um investimento de risco e um contributo para uma situação de dívida, irrecuperável.

O que a Junta deve ter em conta é criar actividades que permitam obter receitas para sustentar o investimento. O exemplo do mercado: para ser recuperado, tem de ser comprado. A Junta está a pagar 225 euros por mês, vamos supor que em vez de estarmos a pagar uma renda, estamos a pagar uma prestação para a aquisição do espaço. E fazemos a escritura nessa base, num pagamento a longo prazo. Não estamos a crescer nada aos encargos da Junta. Os encargos da Junta seriam depois a recuperação do espaço. E aí temos os fundos do PRODER para um projecto que traga o retorno financeiro.

Os espaços verdes: o que fazer agora que a Junta tem de pagar a água? Quando é feito o estudo de uma zona verde e se utiliza tapetes de relva, isso obriga a um consumo de água. Se o arranjo paisagístico é feito com outro tipo de plantas ou outro tipo de arranjo arquitectónico, esses problemas podem ser minimizados. O Jardim da Vila, por exemplo, é preciso remodelar. Onde não posso ter relva a ser regada, tenho de usar outro tipo de pavimento e outro tipo de vegetação. Posso ter herbáceas autóctones e resistentes, que passam sem água ou que podem levar um sistema gota a gota.

No tempo das vacas gordas, faz-se e paga-se. Agora que não há dinheiro... deixa-se secar.

Normalmente quando há uma crise financeira, a criatividade tem picos mais elevados, as pessoas são obrigadas a encontrar soluções mais eficazes. É isso que temos de fazer. Deixar os jardins como estão é que não... Como é que se pode pensar em pôr relva num clima como o nosso, e sem dinheiro?

O largo, o mercado, a Casa do Povo e a Casa da Cultura. A recuperação do mercado passa sobretudo por um arranjo estrutural e arquitectónico. Manter como mercado, mas a oferta não pode ser a mesma que existe nas outras superfícies comerciais. É aqui que entram por exemplo os produtos biológicos, o artesanato na vertente de design, os produtos de fabrico caseiro... Por exemplo, pode haver uma esplanada no mercado onde as pessoas tenham dois dedos de conversa, uma padaria, que agora está na moda ter variadíssimos tipos de pão, etc. A remodelação do largo é mais do que urgente. Para já, o espaço em si tem que ser completamente repensado, nomeadamente na questão do estacionamento, que é uma questão impopular. Há carros a mais no largo. Mas isto acontece porque as pessoas habituaram-se a levar o carro para todo o lado. É uma questão de cidadania. Não custa nada deixar o carro no estacionamento e andar 50 metros para ir beber um café. Temos de recuperar os hábitos de andar a pé e de bicicleta.

A Casa da Cultura é um golpe demagógico do mais eleitoralista que existe. Quem estiver a fazer promessas dessas nestas eleições, está a enganar as pessoas mais uma vez. Essa promessa já vem de há anos. Parece que nos estão a pôr a cenoura à frente e nós vamos atrás. O investimento numa Casa da Cultura em Riachos é um investimento desnecessário. Se calhar com um quarto do investimento desse projecto faço obras de adaptação e ampliação da Casa do Povo. É uma estrutura que já existe, pode e deve ser aproveitada e está no centro histórico da vila. Claro que podemos privilegiar novas centralidades, mas já existe um equipamento que precisa de ser aproveitado.

Num hipotético quadro de reordenamento da administração local, acha que seria melhor para Riachos mudar de concelho? Bem, vamos ver isto como se fosse o mercado de transferências dos jogadores de futebol. Em vez de nós estarmos a pensar onde é que gostaríamos de jogar, vamos pensar em quem é que gostaria de nos ter na equipa. Eu tenho a impressão que a Golegã pagaria uma fortuna pela nossa transferência. O Entroncamento, idem. Por todas as razões. Sobretudo por questões de acessibilidades e económicas. Se o Entroncamento visse as zonas industriais de Riachos no seu território... há uma continuidade geográfica natural. Riachos é uma freguesia apetecível para qualquer concelho.

Agora, no nosso ponto de vista. Onde melhor nos enquadraríamos... Nós temos afinidades históricas com o concelho onde estamos. Temos também com a Golegã, mas a Golegã tornou-se nos últimos anos uma outra coisa. Uma outra coisa que teve influência em Riachos. Nós hoje vemos pessoas a andar de cavalo nas ruas de Riachos.

Somos uma zona de charneira entre estes três concelhos.

Nós somos um prolongamento natural da freguesia da Brogueira, temos uma ligação muito forte com a freguesia de Santa Maria. Nós estudámos em Torres Novas, há um conjunto de ligações que se foram estabelecendo que fazem com que Torres Novas seja o nosso habitat. O facto de se colocar esta questão tem a ver com o facto de termos sido maltratados. Creio que é uma reacção natural e justa. Quando sentimos que não somos precisos e que não nos valorizam, a nossa tendência é afastarmo-nos. Eu creio que todos os riachenses já terão pensado nisso.

A distância da sua candidatura para com o perfil predominante do presidente de junta pode cativar votos em Riachos? Achei que esta altura certa para fazer alguma coisa pela terra. Nunca me tinha envolvido na política. Quando o BE me convidou para encabeçar a lista, a minha decisão foi quase imediata. Nunca me tinha passado pela cabeça e nem sequer pensei nas implicações. Foi o bairrismo que me fez aceitar de imediato. Depois vim a perceber que isto é uma missão muito esgotante, com muita responsabilidade e muitas implicações... A partir do momento em que assumo candidatar-me por um determinado partido, há um conjunto de pessoas que me vêem como adversário e não como riachense. Nunca me passou pela cabeça que isso pudesse acontecer. Que as pessoas pudessem pôr a questão partidária acima do facto de eu ser um riachense preocupado com a sua terra. Porque é isso que eu sou. Não há qualquer outra ambição.

Não havendo uma vitória absoluta de uma lista, prevê existir um melhor entendimento com algum dos outros candidatos? Ainda não conheço os outros programas, apesar de ter acompanhado as apresentações dos partidos. Só achei interessante que o José Júlio Ferreira [PS] tivesse proposto mudar a Junta para a Costa Brava... tem todo o meu apoio! Não sei se o resto da lista pensa o apoiará, mas como medida reivindicativa, simbólica, é interessante. Às vezes é preciso tomar posições drásticas perante a indiferença. Mas não sei se tem um projecto estruturante para Riachos.

Um acordo

João Luz: "Temos que puxar pela cabeça e encontrar soluções criativas"

Escrito por André Lopes

Segunda, 16 Setembro 2013 12:27 - Actualizado em Segunda, 16 Setembro 2013 12:40

pós-eleitoral depende sempre da conciliação de interesses, de políticas e sobretudo de uma visão de Riachos que se possa partilhar. E depois, de formas de trabalhar. Eu creio que a grande diferença das listas é essa: a forma de trabalhar para encontrar soluções.